

**Cidades querem punir escolas que negarem vaga a PCDs****Vereadores de outros quatro municípios da região querem punir escola que veta PCDs**

Projeto, que pune colégios que negarem matrícula a crianças e adolescentes com deficiência, está em tramitação na Câmara de São Bernardo e poderá vigorar ainda em Santo André, São Caetano, Diadema e Ribeirão Pires. A medida prevê cassação imediata do alvará de funcionamento das instituições. [Setecidades 1](#)

**A EXEMPLO DE SÃO BERNARDO****Cidades querem punir escolas que negarem vaga a PCDs**

Santo André, São Caetano, Diadema e Ribeirão podem adotar medida proposta por vereadores

Seguindo o exemplo de São Bernardo, outros quatro municípios do Grande ABC querem endurecer a punição a escolas que negarem matrícula a crianças e adolescentes com deficiência. A medida, que está em tramitação nas comissões da Câmara são-bernardense, foi proposta inicialmente pelo vereador Julinho Fuzari (Cidadania), e poderá vigorar em breve também Santo André, São Caetano, Diadema e Ribeirão Pires.

A medida prevê a cassação

imediate do alvará de funcionamento dos estabelecimentos infratores, além de sanções administrativas e legais aos responsáveis. De acordo com o texto proposto, qualquer escola denunciada será submetida a um processo administrativo, com prazo máximo de 60 dias para conclusão.

Durante este período, a instituição terá direito a ampla defesa e, caso se constate que a escola não possui condições de acessibilidade adequadas, poderá também ser interdita-

da até a realização das reformas necessárias. Fuzari espera que a lei já esteja validada antes do próximo período de matrículas, em janeiro de 2025.

Em Santo André, o PL foi apresentado à Câmara pelo vereador Rodolfo Donetti (Cidadania), enquanto em São Caetano o texto foi protocolado pelo parlamentar César Oliva (PSD). Em Diadema, por sua vez, um projeto similar foi proposto em abril pelo Cabo Ângelo (MDB). O texto voltou para reajustes e no fim do mês passado o parlamentar reencaminhou para leitura e demais tramitações na Casa Legislativa.

Já em Ribeirão Pires a proposta foi aprovada na quinta-feira (5) na Casa, após ser encaminhada pelos vereadores Sargento Alan e Diogo Manera (Progressistas).

“Acredito que será aprovado em segunda discussão, é um projeto de extrema importância e quem ganha é a sociedade e toda a população”, ressaltou o parlamentar Sargento Alan.

Diogo Manera completou dizendo que a segunda votação deva ocorrer somente após o recesso parlamentar, em fevereiro do próximo ano.

Rodolfo Donetti destacou que o projeto foi recomendado a todos por Julinho Fuzari. “Esse projeto tem um simbolismo imenso. Ele busca ir além das palavras e transformar a realidade de crianças e adolescentes com deficiência, garantindo-lhes um futuro igualitário. Queremos combater todas as formas de discriminação”, destacou Donetti. **TL**



ACESSIBILIDADE. Medida busca combater discriminação nas escolas

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

**Seção:** Setecidades **Página:** 1